



Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro  
Gabinete do Presidente

**LEI Nº 1.804 , de 24 de fevereiro de 2025.**

***“Institui o Auxílio – Alimentação aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Pirai, bem como, aos conselheiros tutelares e, dá outras providências.”***

**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,**

**APROVA:**

**Art. 1º -** O Auxílio Alimentação de que trata esta Lei é benefício de caráter assistencial, isonômico, de natureza indenizatória, e será devido aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Pirai, bem como, aos conselheiros tutelares, desde que em efetivo exercício de suas funções.

**§ 1º -** Será devido o Auxílio Alimentação ao servidor público cedido ao Município de Pirai, que não perceba benefício semelhante no órgão de origem.

**§ 2º -** Na hipótese da existência de benefício semelhante no órgão de origem do servidor público cedido ao Município de Pirai, será facultado a opção pelo benefício de que cuida esta Lei.

**§ 3º -** O servidor que acumule cargos na forma da Constituição fará jus à percepção de um único Auxílio Alimentação.

**Art. 2º -** Auxílio Alimentação não será:

**I -** Incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

**II -** Configurado como rendimento tributável e não sofrerá incidência de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pirai;

**III -** Caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

**Art. 3º -** O valor mensal do Auxílio Alimentação será de R\$ 500,00 ( quinhentos reais), e será pago na forma de pecúnia, devidamente discriminado no contra cheque dos agentes públicos discriminados no artigo 1º, observando o disposto no inciso II do art. 2º da presente Lei.

**Art. 4º -** O valor mensal do Auxílio Alimentação, havendo disponibilidade orçamentária e financeira, será reajustado anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**Parágrafo Único -** O reajuste do Auxílio Alimentação não está vinculado à concessão da revisão geral anual (art. 37, inciso X, da Constituição Federal).



**Câmara Municipal de Pirai**  
**Estado do Rio de Janeiro**  
**Gabinete do Presidente**

**Art. 5º** - A concessão do Auxílio Alimentação será devido a partir do dia em que o agente público entrar em efetivo exercício, cujo cálculo será proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

**Art. 6º** - O Auxílio Alimentação será suspenso nos casos de:

- I** – Licença para tratamento de saúde superior a 15 (quinze) dias;
- II** – Licença prêmio;
- III** – Licença para serviço militar;
- IV** – Licença para atividade política;
- V** – Licença para tratar de interesses particulares;
- VI** – Licença para o desempenho de mandato classista;
- VII** – No caso de servidores efetivos que estejam cedidos a outros órgãos da Administração Pública; e
- VIII** – Nos casos de afastamento que implique em perda do vencimento.

**Art. 7º** - Os valores creditados indevidamente à título de Auxílio Alimentação, no mês no início do afastamento, serão compensados quando do retorno do efetivo exercício ou no mês subsequente.

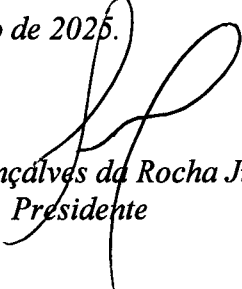
**Art. 8º** - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no que couber, observando a legislação pertinente.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, reatragindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2025.

**Art. 10** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.793, de 03 de fevereiro de 2025.

\*\*\*\*\*

Câmara Municipal de Pirai, 24 de fevereiro de 2025.

  
Moacir Gonçalves da Rocha Junior  
Presidente

**PL nº 19/2025 – Luiz Fernando de Souza**